

Experiência de liberdade e tentativas de normatização no Rio de Janeiro recentemente emancipado da escravidão e republicano

Alline Torres Dias da Cruz
Doutora em Antropologia pela
Universidade Federal do Rio de
Janeiro. Professora de Sociologia
no Colégio Pedro II.

Resumo: Este artigo descreve diversas formas de construir e modos de morar no Rio de Janeiro recentemente emancipado da escravidão e republicano. Argumenta que as narrativas sobre o “saneamento” da capital do país foram imaginadas também como ações combinadas de agentes da polícia e da higiene. Pretende-se demonstrar: i) algumas tentativas de normatizar uma ambiência constituída pela heterogeneidade, indefinição e porosidade das relações de trabalho e desocupação; das atividades econômicas; e dos usos dos terrenos e edificações; ii) que este projeto político e intelectual, em momentos e localidades diferentes, teve de lidar com múltiplas e densas dimensões de experiências de liberdade, incluindo aquelas de jovens mulheres negras numa paisagem colonial suburbana em transformação.

Palavras-chave: Rio de Janeiro republicano; pós-emancipação; habitações populares.

Experience freedom and standardization efforts in the recent Rio de Janeiro emancipated from slavery and Republican

Abstract: This article describes several ways of building and dwelling in the recently emancipated from slavery and republican city of Rio de Janeiro. It argues that accounts about Rio de Janeiro’s “sanitation” were thought as connected actions from police and hygiene. It intends to demonstrate: i) some attempts of regulation about a heterogeneous, undefined and porous ambience in which were relation work and vagrancy; economic activities; and uses and appropriations of buildings and lands; ii) that this political and intellectual project did have to deal with multiples and dense freedom experiences, included those of black young women in colonial and suburban landscape in change.

Keywords: Republican Rio de Janeiro; post-emancipation; popular housing.

Alguns modos de “viver sobre si”¹

Início do século XX. Teriam de decorrer somente alguns anos até que os distritos das áreas centrais do Rio de Janeiro fossem radicalmente alterados em seu traçado, dimensões urbanísticas e padrões habitacionais. Faltaria pouco para a reforma de Pereira Passos (1902-1906).² Mas, antes disso, nos jornais produzia-se uma espécie de cartografia cotidiana sobre a desordem social e sanitária do então Distrito Federal. Neste caso, um mapeamento que resultava mais das observações e reclamações de certos moradores, incluindo as dos próprios jornalistas, do que dos conhecimentos técnico-científicos de engenheiros e médicos higienistas. Assim tornavam-se públicas algumas das situações que causavam (ou deveriam causar) anseios nas autoridades e na população, bem como as soluções imaginadas para combatê-las.

Voltemos àqueles anos. No final de 1901, o Correio da Manhã noticiava que os que tinham a “infelicidade” de morar perto do morro do Senado³ (área central da capital federal) sentiam que suas vidas e propriedades eram frequentemente ameaçadas. O motivo, afirmava o jornal, era que “(...) gatunos continuam impávidos e desassombrados a atacar as casas vizinhas, à noite, quando saem de fuvina e se escondem, nesse morro, (...) do qual a polícia tem medo de acercar-se (Correio da Manhã, 9 nov. 1901, p. 2)”. Os moradores viviam em sobressaltos. E apesar de denúncias como esta à polícia, nas quais se chamava a atenção das autoridades da segurança pública para certos “lugares perigosos”, o Correio da Manhã conjecturava: em “Serra da Falperra”⁴ se transformaria aquela colina e o “público” trocaria o nome do Morro do Senado para Morro dos Ladrões.

Da colina que amedrontava a vizinhança do Morro do Senado o Correio da Manhã passou, vinte dias depois, à Rua do Riachuelo. Desse modo, estabelecia mais um percurso da desordem social e sanitária para seus leitores. O jornal localizou naquela rua, que ficava nos arredores do Morro do Senado, um “prédio” que se tornou um “monturo” (depósito de lixo). Dele saíam “muitos vagabundos que lá se acoitam à

¹ Sobre este tema, ver Chalhoub (1990).

² Sobre a reforma de Pereira Passos, ver Benchimol (1990).

³ De acordo com Kessel (2001, p. 27), o projeto de arrasamento do Morro do Senado data do último quartel do século XIX. Este projeto inicialmente foi esboçado pelo engenheiro Vieira Souto em 1873, no interior dos debates sobre os problemas urbanísticos do Rio de Janeiro. Após obter uma concessão em 1879 para realizar o projeto de arrasamento do Morro do Senado, Vieira Souto convidou o engenheiro Carlos Sampaio para dirigir o empreendimento em 1887.

⁴ Lugar repleto de salteadores.

noite”. Mas também “uns péssimos odores, oriundos das imundices que se amontoam no interior daquele prédio” (Correio da Manhã, 28 nov. 1901, p. 3).

Reclamações sobre a ocupação de prédios abandonados, nos quais “indivíduos suspeitos” começaram a morar e a representar um perigo à vida, à propriedade e à saúde dos vizinhos eram comuns no Correio da Manhã. Um mês antes o jornal narrou que um casarão, depois de ser utilizado para a instalação da Companhia Vila Isabel (ferro-carril), no Boulevard 28 de setembro, possuía uma parte vazia. Um grupo de homens se apropriou desta área da edificação e passou a morar nela (Correio da Manhã, 27 out. 1901, p. 2). Já no Morro da Viúva (atual Flamengo), um barracão foi erguido no que havia sido um pavilhão da Diretoria de Obras Públicas e onde era depositado material fazia seis anos. O antigo pavilhão foi transformado em “barracão” depois que um grupo de homens, chamado pelo jornal de “valhacouto de malandros e ratoneiros”, o ocupou (Correio da Manhã, 11 jan. 1902).

Outros “focos” de problemas eram mapeados pelo Correio da Manhã, especialmente nas áreas centrais do Distrito Federal. Agora, tratava-se do Morro de Santo Antônio, não muito distante do Morro do Senado. Aproveitando a visita de um agente da prefeitura que fazia recenseamento na localidade, o Correio da Manhã tomou a presença do agente público no morro para denunciar a irregularidade das construções. Segundo o jornal, as habitações foram feitas por soldados da polícia, que eram a maioria dos moradores, e militares de baixa patente do Exército.⁵ No entanto, as “casinhas” do Morro de Santo Antônio estariam com seus dias contados. Uma “obra de saneamento” seria feita. Cerca de uma semana depois, o jornal noticiava: os “barracões” do Morro de Santo Antônio foram demolidos por ordem do prefeito. Mas advertiu: a intervenção pública não atingiu todos os moradores. “Protegidos” teriam conseguido manter suas casas. Ao que o jornal reivindicou: era preciso garantir a “equidade”; as casinhas restantes deveriam ter a mesma sorte das que foram abaixo.

Durante mais ou menos um mês o Morro de Santo Antônio foi chamado pelo Correio da Manhã a exemplificar a desordem social e sanitária da capital do Brasil, transformado recentemente em um país emancipado da escravidão (1888) e em uma república (1889). Para além das “casinhas” irregulares, uma “estalagem”, na subida do morro, dividida em “cubículos”, era moradia para pessoas que ocupavam tais espaços

⁵ Sobre a condição social e divergências entre soldados da polícia e militares de baixa patente no Rio de Janeiro Republicano ver Bretas (1985).

desprovidos de “ar, água nas latrinas e luz”. No “ponto mais alto”, outro “cubículo”, agora construído com “tábuas de caixões e cobertos de latas velhas”, livrou-se das vistorias públicas. O terreno onde ambos, a estalagem e a precária casa foram erguidos – insinuava o jornal –, era de um mesmo proprietário.⁶

Dimensões da liberdade e apelos a ordens

Pessoas perambulando pelas ruas ao mesmo tempo em que ocupavam prédios abandonados ou construíam moradias irregulares em morros do Rio de Janeiro do início do século XX eram algumas das cenas que reforçavam o que, desde fins do século XIX, vinha sendo definido como questões de “higiene” e de “segurança pública”.⁷ Como o Correio da Manhã se preocupou em destacar, o que estava em jogo nas situações acima eram diversas modalidades de agenciamento entre classes sociais – populares e/ou proprietários de imóveis – sobre os modos possíveis de morar. Para o jornal, por meio de certas ações, agrupamentos e negociações diferenciadas sobre as formas de construir e os modos de morar se criavam situações indesejadas: o medo na vizinhança, a ameaça aos bens privados, o acúmulo de lixo, a liberação de odores repugnantes, a falta de circulação do ar e a exposição aos dejetos.

Com base nas notas do Correio da Manhã (e na intensidade da reforma urbanística que estaria por vir), é possível dizer que o incômodo era grande (e foi veiculado para sê-lo). A circulação de homens pobres aparentemente sem trabalho pelas ruas, acusados de retirar a propriedade de outros, e morando em locais considerados alheios à ordem social (como foi descrito para o Morro do Senado), era uma das principais imagens veiculadas sobre a vida livre no Rio de Janeiro. Mas, nas descrições do periódico, os problemas da capital federal não seriam resolvidos apenas com a intervenção policial.

Olhemos, então, para o caso do Morro de Santo Antônio tal como foi narrado pelo Correio da Manhã. Na narrativa, o problema não eram os que viviam aparentemente sem trabalho e em um local sem lei, como foi dito sobre o Morro do Senado. Mas sim aqueles que estavam inseridos de modo subordinado na vida social e

⁶ Sobre a relação entre proprietários das habitações coletivas – estalagens e cortiços – e autoridades imperiais na segunda metade do século XIX, ver Aquino e Rocha (1995).

⁷ Sobre este tema no Império, ver Chalhoub (1996), Bretas (1998), Gomes (2003), Araújo et. al (2006). No período pós-emancipação, Chalhoub (1986), Gomes e Cunha (2007).

econômica do Rio de Janeiro: militares de baixa patente do Exército e soldados da polícia moravam em casas simples e precárias, construídas por eles mesmos, devido ao seu trabalho subalterno, e não por causa de uma notória ausência (ou do rechaço) a isso. Além disso, no caso do morro de Santo Antônio, os agenciamentos das classes populares em torno das moradias seriam resultantes do interesse econômico de, pelo menos, um proprietário do terreno.

A ligação entre trabalhos subordinados e moradias precárias também foi enfatizada na Vila Savana, localizada no alto da estação ferroviária da Mangueira. O lugar que antigamente, segundo o Correio da Manhã, era procurado pela “salubridade e sossego”, sendo o “sítio mais pitoresco de todos os subúrbios”, rapidamente poderia ser invadido por “epidemias da época”, pois lá havia um “perigo”, logo revelado na narrativa: nos fundos de duas casas da Vila Savana – e o jornal dá a conhecer o número de ambas – existia um “barracão de madeira onde moram, numa promiscuidade repelente, diversos trabalhadores da Companhia de Melhoramentos (Correio da Manhã, 3 nov. 1901 e 25 jan. 1902, p. 3)”. Os trabalhadores faziam a escavação de um terreno para a empresa, e num pequeno espaço da área que desterravam, próximo ao barracão onde moravam, dormiam as mulas utilizadas na empreitada. O jornal então sentenciou: “Trata-se, portanto, de um nauseabundo foco de todos os miasmas e podridões. O mau cheiro que daí se evoca e alastra pelas redondezas, é, por si só, uma coisa insuportável (Correio da Manhã, op. cit.)”.

Considerando essas narrativas, percebe-se que o Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX vivenciou uma multiplicidade de experiências quanto às formas de construir e aos modos de ocupar edificações já existentes ou locais inóspitos. Mas quero salientar que estas experiências com relação à moradia diziam respeito ao dia a dia tanto daqueles que eram inscritos, pela polícia ou pelos jornais, na categoria da “vadiagem”, quanto dos que foram vistos como trabalhadores livres e pobres que tinham de se responsabilizar por suas próprias moradias. Como indicou o jornal ao pedir a proteção da vizinhança do Morro do Senado, a polícia era a instituição que deveria controlar a desordem nas ruas. Mas problemas de outras magnitudes eram localizados pelo periódico em morros da capital onde a “vadiagem” (ou a “promiscuidade”) e o “trabalho” se confundiam (como ocorreu na descrição sobre a Vila Savana); e nos quais a própria condição de trabalhador pobre era vista como a causa das precárias condições

habitacionais (como aconteceu no relato sobre o Morro de Santo Antônio e sobre os empregados da Companhia de Melhoramentos no alto da estação da Mangueira).

Vejamos, então, este segundo caso. Em princípios de 1902, uma nota do Correio da Manhã destacava a “impunidade” na Escadinha do Livramento. Conforme o jornal, isso seria uma “vergonha para uma capital civilizada”, assim como um “perigo para os que, privados de recursos, se veem obrigados a residir em tal lugar ou por ali passar (Correio da Manhã, 4 e 9 jan. 1902, p. 2-3)”. Na subida da Escadinha do Livramento, um “quartel general” teria sido formado por “jogadores de vermelhinha, desertores do Exército e da Armada, malandrins de toda a casta”. A ausência da polícia – argumentava o jornal – fez com que “malfeitores”, rechaçados de outras áreas, lá se abrigassem. Para o Correio da Manhã, com isso as ameaças à ordem social ganhavam terreno, uma vez que “jogadores e capoeiras”, andando livremente e com ostentação, afrontavam “pacatos burgueses (...) apanhando nas suas malhas os incautos (Correio da Manhã, op. cit.)”. Nesta narrativa, o trânsito das classes populares entre o trabalho e a desocupação (e diversão), novamente demonstra a porosidade e densidade das relações sociais e econômicas na capital do país. Também se repete, como nas notas anteriores, a percepção de que em locais como a Escadinha do Livramento, formado por uma rede de relações entre homens que abandonaram o trabalho militar, capoeiras e jogadores, o medo era produzido constantemente; e isso atingiria tanto os populares que não tinham condição econômica de morar em outro local quanto os “pacatos burgueses” que por ali caminhavam.

Contudo, ao dar continuidade ao relato sobre os problemas da localidade entre o Morro do Livramento e o da Saúde, o jornal localizou a utilização inapropriada – “livremente” – de uma das ruas sem que o problema, agora, fossem os afrontamentos criados pelos grupos populares. Como foi enfatizado na descrição sobre o convívio de trabalhadores da Companhia de Melhoramentos com mulas utilizadas nas escavações na Vila Savana, onde uma mistura e uma indefinição entre locais de trabalho e moradia, mas também entre espaços próprios a pessoas e a animais criariam um “foco de miasmas e podridões”, na narrativa sobre o Morro da Saúde a mesma questão se apresentou. Os problemas da liberdade eram encontrados também em locais e práticas classificadas como perigosas à saúde: a manutenção de animais como mulas e burros nas ruas e a existência de cocheiras e de campo para a sua pastagem. Não eram somente “malandrins de toda a casta” que “campeavam” sem limitações. Agora, se tratava de

“(…) cerca de 100 burros pertencentes a uma cocheira localizada na rua da Harmonia [que] pastariam livremente com a condescendência do agente da prefeitura, levando risco à saúde (Correio da Manhã, 4 e 9 jan. 1902, p. 2-3)”.

A imagem de uma capital cujas áreas centrais assumiam usos e práticas notadamente rurais e agrícolas que poderiam colocar em risco a saúde era uma questão de magnitude diferente da “vadiagem” que deveria ser reprimida pela polícia; mas, assim como essa, também fez parte do projeto de “civilizar” o Rio de Janeiro recentemente livre da escravidão e republicano. Neste sentido, se “civilizar” a capital da República foi um projeto político e intelectual que vinha sendo pensado desde o final do século XIX, tal projeto teve de lidar, em momentos e localidades específicas do então Distrito Federal, com variadas e densas redes de relações, formas de construir, modos de morar e maneiras de se apropriar das ruas, edificações e terrenos.

Considerando que a intervenção da polícia foi veiculada publicamente como uma das formas de regulação do cotidiano no interior de uma multiplicidade de experiências que configuravam a vida livre no Rio republicano, gostaria de fazer, então, duas considerações. Destacar, primeiro, que essa intervenção não foi imaginada como ações isoladas. Apelava-se à intervenção da polícia como uma forma de chamar a atenção também para a interferência dos órgãos de higiene, uma vez que no interior de prédios abandonados que se tornaram moradia de pessoas vistas como “desocupadas”, o lixo era acumulado e odores desagradáveis liberavam-se na vizinhança. Sobre isso escreveu o Correio da Manhã no caso da edificação da rua do Riachuelo, área central da capital, e do casarão no Boulevard 28 de Setembro, em Vila Isabel. A intervenção da polícia foi veiculada publicamente nos jornais como uma das maneiras de “sanear” moradias e localidades que, depois disso, poderiam adotar formas de construir e modos de morar relativamente aceitos pelos padrões higienistas e urbanísticos da época (assunto que discutirei na última seção com base em outro caso). Logo, não se imaginava apenas que a ação policial pudesse controlar grupos populares classificados como “vadios”; ela deveria possibilitar também futuras ações sanitárias para uma normatização de variados usos e apropriações das edificações (assim evitando o acúmulo de lixo, a emanção de odores na vizinhança, as subdivisões arbitrárias dentro dos prédios já existentes e ocupados).

A segunda consideração é a seguinte: em uma sociedade na qual o trabalho livre foi ampliado sem praticamente qualquer arranjo político que garantisse onde e como as

peças emancipadas da escravidão (e as já libertas ou livres) viveriam, os modos de ocupar e as formas de construir foram vistos também como situações que produziam uma ambiência (e não apenas uma conduta) inadequada. Essa ambiência a ser normatizada e transformada não se reduzia a grupos de indivíduos “campeando livremente”, pois esta era uma situação dentre tantas outras que caracterizavam a vida emancipada do Rio de Janeiro do início do século.

No Morro do Senado, na localidade entre o Morro do Livramento e o da Saúde, e no Morro da Viúva, as cenas de homens aparentemente desocupados reunidos aqui e acolá poderiam ser vistas como mais ou menos semelhantes do ponto de vista da repressão à “vadiagem”. Contudo, os jornais descreviam igualmente péssimos odores propagando-se ao redor de vizinhanças nas quais se acumulavam lixo e excrementos, miasmas emanando de terrenos e prédios e ruas sendo utilizados arbitrariamente pelas classes populares e proprietários, que criavam animais e cultivavam pastos. Estas múltiplas dimensões do cotidiano livre da capital diziam respeito a redes de relações, agenciamentos e negociações que, em níveis e momentos diferenciados, resistiam às normas das delegacias da polícia ou da higiene, que buscavam delimitar certas pessoas e grupos populares, usos, práticas e apropriações coletivas.⁸

Deslocar para regular

Reclamações sobre ruas que se assemelhavam a capinzais, valas que eram “focos de infecção” e de “moléstias epidêmicas” não chegavam apenas das áreas que constituíam o centro político e econômico do Rio de Janeiro. Sobre as últimas o Correio da Manhã tornava pública a reclamação de que um estábulo de vacas seria reconstruído com a licença da Prefeitura na Ladeira do Monte Alegre e muito próximo a casas da Rua do Riachuelo (aquela onde um prédio abandonado teria sido ocupado por “indivíduos suspeitos” e do qual emanavam terríveis odores). O jornal descrevia que o estábulo possuía uma área de capinzal de cerca de dez metros quadrados, adubado com estrume verde que era conservado em um amplo depósito. Mais um “foco” de problemas sanitários localizado pelo jornal, pois “os mosquitos, esses terríveis portadores de micróbios, vivem ali, em nuvens densas, que fazem o desespero da

⁸ Sobre as críticas da imprensa a apropriações feitas por pessoas negras dos espaços e prédios no Rio de Janeiro republicano e o branqueamento de seus distritos urbanos na primeira metade do século XX, ver Cruz (2007b).

vizinhança”. Chamava a atenção também que a localização do estábulo, em um terreno que estava muito acima da Rua do Riachuelo, fazia com que o estrume descesse e enchesse uma vala localizada no interior de uma chácara da vizinhança (Correio da Manhã, 3 nov. 1901, p. 3). Já na Praia da Formosa, existiria uma grande horta dentro de dois prédios da Rua João Cardoso que servia de pasto para porcos e outros animais dos proprietários. Salientava o jornal: no lugar ocorreram “casos de moléstias” atribuídos a este “foco” de infecção (Correio da Manhã, 22 nov. 1901, p. 3).

Contudo, essa ambiência sobre a qual os agentes da higiene eram chamados a intervir era criticada também pelos moradores dos subúrbios. No Riachuelo pedia-se a capinação das ruas Clara de Barros e Vitor Meireles, que se assemelhavam mais a capinzais. Em Todos os Santos, moradores da Rua Getúlio reclamavam também da falta de capinação, pois o capim alcançava mais de um metro de altura e os empregados da Limpeza Pública não passavam por lá fazia muito tempo. Em Madureira, reclamava-se ao delegado de higiene a melhoria das condições de uma imunda vala na Rua Domingos Lopes, “um foco de infecção” que gerou vítimas. Por sua vez, moradores de Cascadura, Campinho e Jacarepaguá queixavam-se do estado sanitário dessas localidades, onde a febre amarela fazia vítimas devido à “absoluta falta de higiene naquelas paragens, onde lavram moléstias epidêmicas, sem que para isso tenha olhos o delegado de higiene das referidas zonas (CRUZ, 2007b, p. 81)”.

Como argumentei em outro artigo (CRUZ, 2007b), desde o final dos oitocentos, decretos municipais tentavam coibir atividades rurais e agrícolas dentro da “Cidade”. Além do cultivo de hortas e capinzais para o comércio, da criação de suínos, da edificação de albergarias de vacas e currais para o gado de corte, tentava-se controlar, com o cadastramento e a aplicação de multas, a circulação de carroças e cocheiras para carregar água, café e produtos agrícolas. Atividades econômicas associadas às fábricas, oficinas, manufaturas e a outros estabelecimentos industriais classificados como “incômodos, insalubres ou perigosos” foram proibidas no interior da “Cidade” pelo Código de Posturas de 1889. Nele, reeditou-se uma norma que existia desde 1838, na qual se proibiu os curtumes (preparação de pele e o couro de animais) na “Cidade e seus arrabaldes” e definiu sua localização em “lugares distantes do centro da população mediante licença municipal”.

Além disso, esta legislação de fins do século XIX impedia que as fábricas de vela de sebo, de destilar água ardente, de torra de tabaco em forno, de sabão, azeite,

óleos ou outras em que se “empregam ingredientes que viciam a atmosfera” funcionassem dentro da “Cidade”. No entanto, era autorizado o estabelecimento “nos subúrbios e arrabaldes que a Câmara permitir” (CRUZ, 2007b, p. 79). No Código de Posturas Municipais de 1889 foi definido ainda que atividades como as de ferreiro, serralheiro, caldeireiro e tanoeiro seriam permitidas somente em alguns pontos da área “urbana”: na Rua Teófilo Otoni, desde a Rua da Quitanda à da Conceição, Rua Conselheiro Saraiva, Beco de Bragança, Rua Primeiro de Março, entre a Visconde de Inhaúma e a Ladeira de São Bento, Rua da Saúde, e também todas as travessas e becos que conduzissem ao mar, com a exclusão das praças da Harmonia, da Imperatriz e da Rua Uruguaiana.

Desde o final do século XIX, os Códigos de Posturas Municipais buscavam normatizar nas áreas centrais do Rio de Janeiro, provavelmente não sem a resistência dos próprios legisladores, dos proprietários dos diferentes estabelecimentos e das classes populares envolvidas nestas práticas, os usos dos terrenos e as atividades econômicas “incômodas, insalubres e perigosas”, num espectro que ia de práticas rurais e agrícolas às manufactureiras. Ao definirem quais práticas e estabelecimentos econômicos eram permitidos no interior da “Cidade” e quais poderiam ser realizados longe dela, as posturas municipais produziam (ou estimulavam) um deslocamento de uma rede de negócios, comportamentos e apropriações coletivas para áreas que poderiam se manter fora dos padrões da urbanidade que se pretendia materializar. Como venho argumentado, este também foi um dos processos de regulação do Rio de Janeiro que não se separou de outras tentativas de normatizar o cotidiano da capital livre e republicana. Se em 1893 as antigas freguesias “urbanas” e “suburbanas” passaram a ser categorizadas como distritos, e, em 1894, as normas municipais procuraram (mais uma vez) delimitar as funções e os usos adequados no interior deles, poucos anos antes, em 1890, o controle e delimitação da “vadiagem” são definidas no Código Penal.

Procurar normatizar as áreas centrais da capital da nova República foi imaginar politicamente a ruptura ou o afastamento de práticas econômicas, paisagens e usos dos terrenos e das edificações que impediam a civilidade e urbanidade desejadas pelas elites político-econômicas e intelectuais da época. Com isso, reforçava-se um processo de suburbanização na medida em que o deslocamento e a concentração dos “focos insalubres” (rurais e manufactureiros) que existiam na “Cidade” foram concebidos como legítimos nos distritos suburbanos.

No entanto, ironicamente, os subúrbios do início do século XX, para onde deveriam ser deslocadas e concentradas (se não na prática ao menos na legislação) as atividades rurais e manufatureiras “perigosas”, vivenciavam situações da mesma magnitude (embora provavelmente em escala distinta) das descritas nas áreas centrais do Rio de Janeiro. Uma delas, como vimos, aparece nas queixas sobre as péssimas condições de higiene de algumas ruas e a falta de serviços sanitários; o que demonstra que os apelos à criação de uma urbanidade eram compartilhados em quase toda a cidade. Logo, não faziam parte dos problemas e anseios somente dos que moravam na “Cidade”, ou seja, nos distritos urbanos tal como delimitados pelos Códigos de Posturas Municipais após o fim do Império. A outra questão aparece nos jornais suburbanos nos quais as imagens da “vadiagem” eram frequentemente veiculadas. Homens usando “largas bombachas”, cujos movimentos corporais marcariam um comportamento despreocupado e desocupado, eram descritos com indignação também pelas camadas médias e liberais que viviam nos subúrbios do Rio de Janeiro.

Como dever que tenho, não devo deixar escapar da crítica que merece, estes que envoltos em largas bombachas vagueiam molemente pelo bairro de Madureira, ora sentados nas redondas mesas do botequim do Viratripa, sócio do Zé-Lambão, esperando que eles deixem alguma esmola de Paraty ou alguma ponta de cigarro para saciar o vício que lhes devora (O Condor, Madureira, 1908, p. 2).

Gênero, cor e moradia numa paisagem colonial suburbana em transformação

Em Madureira e Dona Clara, dois subúrbios ferroviários da capital da República, não apenas eles, mas também elas – as mulheres populares – eram repreendidas por outros moradores, inspetores ou guardas da polícia. No 23º Distrito Policial, localizado em Madureira, registraram-se, particularmente em 1914, duas situações nas quais jovens mulheres, identificadas nos processos criminais como “crioula” e “preta”, agrediram com navalha ou outros objetos dois homens que as teriam batido. Conhecidas como “Flor da Gente” e “Maria Bexiguinha”, ambas moraram, naquele ano, na Rua Carlos Xavier 82, ou seja, provavelmente numa mesma habitação ou terreno. Ao ser levada para a delegacia de Madureira, Flor da Gente contou que estava de “palestra” com outra

“rapariga”, chamada Maria Cristina, num fim de tarde na esquina da rua da estação ferroviária de Dona Clara, quando um “indivíduo desconhecido” se aproximou delas. Flor da Gente argumentou que o homem “meteu-se” na conversa das duas e deu-lhe uma bofetada. Vendo-se agredida, ela “sacou de uma navalha e investindo” para o homem, “vibrou-lhe diversas navalhadas” (CRUZ, 2007a, p. 122). Na delegacia, Flor da Gente disse que se chamava Maria Antonia de Oliveira, ter 19 anos, desconhecer quem eram seus pais, ser natural do Rio de Janeiro e não possuir nenhuma “instrução”, “profissão” ou “ocupação”.

Alguns meses depois, Maria Bexiguinha, que se chamava Maria Madalena da Silva, agrediu um operário da companhia de navegação Lloyd Brasileiro. Ela e ele dividiam um “prédio” na mesma rua e número onde Flor da Gente disse morar. Maria Bexiguinha narrou que, à tarde, estava na “parte de sua casa” quando o operário naval, “também morador do mesmo prédio”, chegou. Algum tempo depois, ele saiu do interior de “seu quarto”, dizendo-lhe que ela retirou um lenço de seu bolso. Maria Bexiguinha contou aos agentes da polícia que “protestou”, retrucando ao operário que “não se sujava com um lenço”. O operário revidou, chamando-a de “preta relaxada e ordinária”, e deu-lhe “uma porção de sopapos na cara”. Maria Bexiguinha então passou a mão em um cabo de enxada e tentou “agredir-se ou defender-se” do operário. Ele lhe tomou o pau e a bateu com o objeto. Neste momento, chegou outro morador do “prédio”, que retirou o cabo de madeira do operário. Correndo novamente para dentro de seu “quarto”, o operário pegou uma tranca de madeira e deu três pancadas em Maria Bexiguinha. Ela correu para o interior da casa. O operário foi atrás. Na delegacia, Maria Bexiguinha relatou que ele a “espancava muito, pisando-a a pés”. “Desesperada”, neste momento ela “lançou mão de uma barra curta de ferro, que servia de tampa de fogão”, e deu uma pancada na cabeça do operário em “legítima defesa” (CRUZ, 2007a, p. 126). Maria Bexiguinha declarou que era natural do Maranhão, desconhecer quem eram seus pais, ser analfabeta e ter 26 anos.

Flor da Gente e Maria Bexiguinha foram duas entre algumas jovens mulheres negras que moravam no subúrbio de Dona Clara nos anos de 1910. O que podemos saber sobre elas, atualmente, aparece como fragmentos de falas em processos criminais produzidos com e por interlocutores masculinos que trabalhavam como agentes do domínio jurídico-policia – o que faz que tais fragmentos estejam carregados, também, de expressões e reflexões muito próprias do contexto legal e dos homens que o (e as)

inscreveram naqueles documentos.⁹ No entanto, ainda assim, as irrupções verbais e corporais destas “raparigas” – como a própria Flor da Gente se definiu – nos levam a pensar sobre experiências de liberdade (GOMES, 2002; CUNHA; GOMES, 2007) um pouco mais perenes envolvendo pessoas negras emancipadas nas primeiras décadas do século XX. Gênero e cor, além de condição socioeconômica e familiar, eram elementos centrais de tais experiências.

O subúrbio de Dona Clara foi criado em uma antiga fazenda colonial.¹⁰ Esta e outras propriedades fundiárias se localizariam em uma área pantanosa da freguesia (depois distrito) suburbana de Irajá. Por este motivo, as terras das fazendas teriam começado a ser “vendidas a retalhos” e por “preços insignificantes” no final do século XIX. Neste período (1897), a Empresa Central do Brasil construiu uma linha circular que se tornou uma estação terminal dos subúrbios. E os terrenos parcelados, apesar das condições do solo, teriam começado a se valorizar. O argentino Manoel Tejo, proprietário de uma parcela do terreno próximo à Rua da Estação, construiu pequenos “barracões” que foram “alugados” a “preços inferiores”.¹¹ Carlos Xavier do Amaral – cujo nome foi dado à rua onde Flor da Gente e Maria Bexiguinha, em 1914, moravam – era o marido da herdeira da fazenda Dona Clara entre fins do século XIX e início do XX. Assim como o imigrante argentino, Carlos Xavier do Amaral começou a “alugar os terrenos” onde, segundo a narrativa de Manoel Tejo, “a pobreza construiu casebres, do estilo dos que se improvisaram na Favela [morro da Favela, centro do Rio de Janeiro]”.

É neste cenário colonial suburbano em transformação que, na década de 1910, Maria Bexiguinha e Flor da Gente viviam. Considerando a narrativa de Manoel Tejo nota-se que, no interior de um processo de parcelamento das antigas fazendas, teve início um movimento de modificação dos usos das terras agrícolas com a construção de uma linha ferroviária. No entanto, este foi um cenário no qual o que se alterou não foi apenas a paisagem rural suburbana. Paralela a esta transformação ocorria aquela que modificou juridicamente as relações de trabalho escravo e no interior da qual outros agenciamentos, agrupamentos e redes de relações se constituíram, inclusive em torno das habitações. Em Dona Clara, a construção de “barracões” e “casebres” para

⁹ Sobre as práticas de identificação criminal na primeira metade do século XX, ver Cunha (2002).

¹⁰ Entrevista de Manoel Tejo ao jornal *A Noite* (6 fev. 1929, p. 1), em reportagem intitulada “Como se focalizam as necessidades dos subúrbios”.

¹¹ Manoel Tejo pagou um conto e duzentos mil réis pelo terreno próximo à estação de Dona Clara (*A Noite*, op. cit.).

moradores pobres e dos quais antigos (ou novos) proprietários fundiários cobravam alugueis são fenômenos habitacionais que, como descrevi anteriormente para as áreas centrais do Rio de Janeiro, demonstram os agenciamentos sobre as formas de construir e os modos de morar daqueles que “viviam sobre si” (ou passaram a fazê-lo). No entanto, estes agenciamentos em torno das moradias foi uma dimensão de experiências densas e difíceis se consideramos os casos de Flor da Gente e Maria Bexiguinha, ou seja, daquelas e daqueles que, no decorrer do processo de emancipação “lenta e gradual” que culminou em 1888, passaram a ser reconhecidos legalmente como tendo o direito de estabelecer relações livres, por meio de si mesmos, mas sem o direito correspondente à moradia e à “instrução”.

Provavelmente num dos “casebres” ou “barracões” do subúrbio de Dona Clara, construídos depois do parcelamento das fazendas coloniais, moravam jovens mulheres negras que se sustentavam do meretrício. Isso é o que se pode vislumbrar do comentário de Flor da Gente, quando narrou que conversava com “outra rapariga”. Apesar de não ser possível afirmar que Flor da Gente e Maria Bexiguinha moraram concomitantemente no mesmo “prédio”, esta moradia era subdivida em “quartos” ocupados também por homens e trabalhadores, conforme o relato da segunda sobre as agressões que sofreu do operário naval. O convívio na mesma moradia entre jovens mulheres negras e trabalhadores ligados às atividades portuárias no subúrbio de Dona Clara parece ter sido uma rede de relações e um modo de produção de agrupamentos e afinidades que, nas primeiras décadas do século XX, causavam indignação e repúdio nas classes médias liberais do Rio de Janeiro, como se pode perceber nesta nota de um jornal editado em Madureira:

Parecerá à primeira vista que o título deste artigo seja subversivo. Não o é: É antes a expressão perfeita, cabal, completa do estado anômalo a que chegamos na zona suburbana. Na zona de Irajá especialmente, o policiamento é imperfeito, falho, nulo, perambulando livremente a cafagestada réles que por cá dá aquela palha, agridem à faca, à navalha e a tiro, o pacato transeunte que tem a infelicidade de passar por estes lados. O jogo campeia, o meretrício infame existe a todos os cantos, a moralidade de localidades como D. Clara e Anchieta, parece ter sido banida, para deixar somente avolumar-

se o que é mau, o que ajuda a perder a humanidade, o que representa o atraso da nossa civilização.

(Echo Suburbano, Madureira, 1911, p. 1)

E numa crônica do jornalista Orestes Barbosa, em seu livro *Bam-Bam-Bam* (1923), uma década depois:

Como Madureira e D. Clara, a Favela reúne o que há de eminente no nosso mundo criminal. Mas, também em Madureira e D. Clara, se o leitor saltar alta noite, há de dizer comigo que tudo isso é mentira de cronistas dos jornais. O leitor principiará vendo tudo direito e em silêncio. Mas se o leitor sair da estação, talvez não volte mais para desmentir o escritor. Se entrar pela travessa Carlos Xavier ou pelas bananeiras verá o monte fervendo. Em mesas toscas com os punhais cruzados num sinal apavorante de união e morte. Marinheiros, soldados, fuzileiros navais, ladrões do mar e rebombeiros das docas Floriano arriscam, sofregamente, as moedas escassas, num jogo que é comumente o prólogo do último dia, como foi para o Vicente Vigorito, negociante de bois, apunhalado e saqueado por João Agé que era o seu amigo do coração (BARBOSA, 1923, p. 114).

Nesta rede de relações e produção de afinidades que envolvia jovens mulheres negras e outros homens (trabalhadores pobres negros, mas não apenas estes), havia a possibilidade constante de agressão física e verbal em meio a relações de meretrício ou de amasiado. Entretanto, através das narrativas de ambas, percebem-se agenciamentos e compreensões sobre os limites que elas colocavam a si mesmas e às ações de outros. O porte e o uso da navalha por Flor da Gente surgem como uma faceta de uma experiência singular: ter de responsabilizar sobre si e proteger-se em situações em que a exposição pública – estar de “palestra” com outra “rapariga” numa estação ferroviária ao cair da tarde – era possivelmente uma condição importante para a sua ocupação, eventual ou rotineira, como meretriz. Aqui, revelam-se experiências de liberdade cuja conciliação não era simples. A maneira como ela descreveu seu comportamento durante a conversa com a outra “rapariga” em que um homem as interpelou desloca o que, aos olhos dos

agentes da polícia, de jornalistas ou de outros moradores, seria apenas um cotidiano marcado pela ausência de “moralidade” e “civilização”. Flor da Gente destacou as regras de aproximação de possíveis amásios ou parceiros, quando argumentou que o homem que ela agrediu “se meteu” na conversa; mas também o que era aceitável quando se tratava de seu próprio corpo, mesmo sabendo que outros homens a percebiam por meio dele: “vendo-se agredida” pegou uma navalha e investiu para Francisco Cândido, vibrando-lhe diversas navalhadas.

Maria Bexiguinha também falou sobre alguns de seus próprios limites ao ter sido acusada de furto pelo operário com quem dividia uma casa: disse-lhe que “não se sujava com um lenço”. Assim, ao mesmo tempo em que seu comentário funcionou como confissão acerca de si mesma, esta percepção pessoal sobre o que ela via como máculas em sua vida indicava também o que ela não se sujeitava a fazer. Isso lhe serviu para desvalorizar a interpelação de seu coabitante, que decidiu, então, agredi-la de outra forma. Agora, substituindo a acusação de furto por um insulto no qual a cor “preta” dela foi associada a um comportamento desprezível (“relaxada e ordinária”). Ela revidou, enfatizando ao mesmo tempo a cor “preta” dele (neste sentido, corroborando uma compreensão de que ser “preto” era um atributo passível à ofensa) e contestando a sua masculinidade. Neste embate no qual se mobilizou a cor, a moralidade e a sexualidade da jovem Maria Bexiguinha e do operário naval, suas vozes revelaram como jovens negras e negros pobres poderiam perceber suas relações, quais ameaças estas continham e que estratégias verbais e físicas poderiam ser mobilizadas para detê-las. O fim de tal embate parece ter chegado quando, diante de tantas e mais fortes agressões, Maria Bexiguinha percebeu que sendo “pisoteada” sua capacidade de defender-se era cada vez mais tênue.

Para Manoel Tejo, o imigrante e proprietário de algumas moradias populares em Dona Clara, tais cenas levaram Corrêa Dutra, delegado de polícia, a fazer “incursões” a este subúrbio. À época, Tejo não reconhecia a importância de tais medidas, a ponto de ter agredido o delegado, que foi à sua casa para prender “Maria Sapeca”, uma “mulher valente, que tanto manejava a navalha como aplicava golpes de rasteira” (A Noite, op. cit.). No final dos anos 1920, contudo, o imigrante argentino argumentava para os efeitos da intervenção da polícia em mais uma modificação na paisagem suburbana de Dona Clara:

O Dr. Corrêa Dutra, fazendo essas incursões a D. Clara, procurava, apenas, sanear o povoado, que guardava, no seu seio, os mais perigosos facínoras (...). Hoje D. Clara é uma cidade pacífica, habitada, apenas, por gente boa. Os casebres ruíram e de seus quintais surgiram esplêndidos “chalés”, que, neste momento, já se vão avistando com os mais modernos “bangalôs” (A Noite, 6 fev. 1929, p. 1).

Referências bibliográficas

- ABREU, Mauricio. *Evolução urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplan, 1987.
- AQUINO, Lia de; CARVALHO, Oswaldo Porto. *A era das demolições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, Dep. de Documentação e Informação Cultural, 1995.
- ARANTES, Erika Bastos. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; SOARES, Carlos Eugênio Libano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2006.
- AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004 [1987].
- BARBOSA, Orestes. *Bam-Bam-Bam*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, Dep. de Documentação e Informação Cultural, 1923.
- BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço e Debates*, n. 34, p. 39-54, 1991.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, Dep. de Documentação e Informação Cultural, 1990.

BRAUDEL, Fernand. As cidades. In: _____. *As estruturas do cotidiano: civilização material, economia e capitalismo – Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979].

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. *Espaço e Debates*, n. 34, p. 10-15, 1991.

_____. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. F. (orgs.). *Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: Ed. UFBA, 1992. p. 11-26.

_____. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p. 16-35.

BRETAS, Marcos. Policiar a cidade republicana. In: LEMGRUBER, Julieta. *A instituição policial*. Rio de Janeiro: OAB, 1985. p. 47-60.

_____. A polícia carioca no Império. *Estudos Históricos*, v. 12, n. 22, p. 219-234, 1998.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Alline Torres Dias da. *Suburbanização e racismo no Rio de Janeiro: uma leitura de Madureira e Dona Clara no contexto pós-emancipação (1901-1920)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007a.

_____. Suburbanização, branqueamento e urbanidades na reconfiguração socioterritorial do Rio de Janeiro republicano. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, v. XXI, p. 73-92, 2007b.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Garamound, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). *Afro-Ásia*, n. 17, p. 7-28, 1996.

_____. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2003.

GOMES, Tiago de Melo. Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1890-1930. *Afro-Ásia*, n. 29/30, p. 175-198, 2003.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, Dep. de Documentação e Informação Cultural, 2001.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MENEZES, Lená. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1996.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

PATROCÍNIO, José do. *Campanha Abolicionista: coletânea de artigos. introdução: José Murilo de Carvalho; notas: Marcus Venício T. Ribeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996. (Coleção Rodolfo Garcia, v. 24).

PECHMAN, Robert Moses. *A gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e formação dos subúrbios no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fapesp; Studio Nobel, 1997.

SALLES, Ricardo; SOARES, Mariza Corrêa. *Episódios da história afro-brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A; Fase, 2005.

SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. *Contribuições ao estudo da história do subúrbio do Rio de Janeiro: a freguesia de Inhaúma de 1743 a 1920*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: CHOR, Marcos Maio; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996.

_____. A colonização e a questão racial nos primórdios da República. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

Fontes

Correio da Manhã, 27 out. 1901, p. 2.

Correio da Manhã, 3 nov. 1901, p. 3.

Correio da Manhã, 9 nov. 1901, p. 2.

Correio da Manhã, 22 nov. 1901, p. 3.

Correio da Manhã, 28 nov. 1901, p. 3.

Correio da Manhã, 11 jan. 1902.

Correio da Manhã, 3 nov. 1901 e 25 jan. 1902, p. 3.

Correio da Manhã, 4 e 9 jan. 1902, p. 2-3.

O Condor, Madureira, 1908, p. 2.

A Noite, 6 fev. 1929, p. 1.

Echo Suburbano, Madureira, 1911, p. 1.